

Incendiários!



José de Matos

Para a economia, como para muitas outras coisas na vida, pior que uma previsão negativa só mesmo o imprevisto!

É verdade que lidamos melhor com o bem do que com o mal, mas se soubermos o que temos de enfrentar podemos preparar-nos e adotar medidas e soluções. É a incerteza que tolhe a ação e gera o pânico.

O sabor amargo da austeridade que estamos a experimentar, determinada pela falta do crédito que resultou da desconfiança com que os “mercados” nos passaram o olhar, é bem o exemplo disso mesmo. E bem sabemos que recuperar a confiança não é nada fácil e demora o seu tempo...

O setor imobiliário foi aquele que pagou a maior fatura da crise financeira. Numa primeira fase, em consequência da restrição de crédito às famílias e, depois, pela via da contração económica, do desemprego e da quebra de rendimentos, sem nunca ter podido contar com o mercado de arrendamento como alternativa, devido à legislação obsoleta e à tributação excessiva e discriminatória.

Quando finalmente as regras foram mudadas, mas se aguardam ainda os seus efeitos, quer em termos de atualização das rendas antigas, quer na simplificação do processo de despejo, para que a

confiança regresse aos proprietários e investidores, fazendo aumentar a oferta, viabilizando a reabilitação dos prédios e conferindo nova liquidez a um mercado que dela está tão necessitado, eis que se levantam vozes exigindo que se reveja a lei, que ainda nem aplicada está!

Argumentam com eventuais impactos sociais que, aliás, nos parecem ter sido praticamente eliminados, até excessivamente à custa dos proprietários e durante um período transitório longo (5 anos!). A proteção social cabe ao estado e este já assumiu que o fará no final desse período. Haverá situações de algum “desconforto”, mas não podemos ser condescendentes com situações como a daquela senhora, sozinha, com uma reforma modesta, que quer continuar a morar num andar com 6 ou 7 assoalhadas nas “avenidas novas” de Lisboa pela mesma renda “congelada”.

A recuperação da confiança no arrendamento é crucial para a retoma das atividades da construção e para o emprego de centenas de milhares de portugueses que dependem desta enorme fileira e é fundamental para atrair investimento estrangeiro e dar um novo fôlego às nossas cidades, torná-las mais atraentes, sustentáveis e competitivas.

Temos que ter consciência que, no futuro próximo, a redução do endividamento das famílias e do país, a criação de emprego, o acesso à habitação, a mobilidade profissional, a regeneração urbana e o próprio crescimento económico dependem, em larga medida, de conseguirmos pôr de pé um mercado de arrendamento suficientemente vasto e eficiente.

Se não formos capazes de dar garantias mínimas de segurança e rentabilidade aos proprietários deitaremos tudo a perder e estaremos a prejudicar, inclusive, o acesso das famílias portuguesas a uma habitação digna.

Nesta altura, falar que seja na hipótese de alteração da “lei do arrendamento”, equivale a atear a “fogueira” onde irão arder as nossas melhores esperanças de recuperação.

**Secretário-Geral da APCMC
- Associação Portuguesa dos
Comerciantes de Materiais de
Construção**

Nesta altura, falar que seja na hipótese de alteração da “lei do arrendamento”, equivale a atear a “fogueira” onde irão arder as nossas melhores esperanças de recuperação
